

Estado (criminoso) associado

Não existem soluções mirabolantes para o Rio.

Paulo Sérgio Pinheiro

As quadrilhas criminosas não caíram de pára-quadras nos morros do Rio de Janeiro, sua implantação foi lenta, gradual e segura, às escâncaras. Aqueles espaços foram escolhidos pelo tráfico de maconha e depois de cocaína em razão da alta densidade demográfica, falta de acesso fácil da polícia, mão-de-obra barata e abandono total daquelas populações pelos governos.

Esse lento processo de implantação prosseguiu com a corrupção barata da estrutura policial. Candidatos políticos se beneficiaram das caixinhas dos bandos traficantes: através do controle da máquina governamental, seus apaniguados nomeados para cargos públicos consolidavam a impunidade dos bandos criminosos. A corrupção mais dispendiosa foi estendida ao Judiciário para a concessão de habeas-corpus e compra de sentenças. Como cereja no bolo, o sistema financeiro sempre acolheu gostosamente a lavagem do dinheiro do tráfico durante décadas.

Esse "Estado associado" (a noção de "Estado paralelo" não é apropriada porque não há nenhum paralelismo mas inserção plena dentro do Estado realmente existente) foi acompanhado de procedimentos filantrópicos, via migalhas de benemerência dos pés de chinelo-chefetes do tráfico nos morros, que passaram a controlar o cotidiano dos moradores das favelas. Outras investidas foram feitas com a principal coluna vertebral do crime organizado em todo o país, o jogo do bicho, ao assumirem o controle das escolas de sam-

ba, sediadas nas favelas, dos clubes de futebol, favorecendo uma validação simbólica, e agora os "inocentes" bingos. Base do tráfico é a impunidade completa das classes médias e dominantes brancas, protegidas por recursos de poder, clientes regulares do crime.

Que fazer diante dessa situação? Não há soluções mirabolantes. O requisito maior é consistência e persistência, que têm faltado ao governo federal e a todos governos estaduais. Cada administração quer inventar a roda e partir do ponto zero. E desse modo os interesses dos traficantes sempre prevalecem e se expandem. As polícias estaduais no Rio e em todos os estados estão carcomidas pela corrupção e não conseguirão desenvolver atuações exemplares por maior que seja o jogo de cena: sem a articulação dos setores são nessas polícias (desprestigiados por serem honestos, levarem bola, não torturarem) e as forças federais, o fracasso continuará garantido.

Pode o governo do Rio mandar 1.200 homens e daqui a algumas semanas o tráfico continuará incólume, pois requer-se uma presença permanente da polícia nas comunidades e políticas sociais de emergência para as populações, infiltração nas quadrilhas, inteligência por forças de trabalho especializadas (o que funcionou no Acre e no Espírito Santo). E não adianta bradar pelas Forças Armadas: o fracasso da Operação Rio em 1994 não deve ser esquecido.

É urgente quebrar a rede de corrupção, revelada pela CPI do crime organizado, de policiais, membros do judiciário denunciados, funcionários estatais que se aliam a testas de ferro do tráfico, parlamentares eleitos em todos os níveis. Estancar a corrupção que garante o escoamento da droga e de armamento nas fronteiras, aeroportos, portos, na rede viária através de uma coordenação efetiva entre os governo federal e estaduais e não em operações para inglês ver. E sancionar pesadamente os bancos e seus responsáveis que continuam a lavar dinheiro.

Ninguém agüenta mais diagnóstico, nem essas propostas são muito animadoras para o aqui e agora (não há outras). Mas cada dia em que as autoridades se rolam na retórica e no jogo de cena e não se dão conta de que há uma situação de emergência, mais grave ficará a situação. E traficantes continuarão rindo e consumidores cheirando sua cocaína de Copacabana ao Leblon, felizes.

Paulo Sérgio Pinheiro é cientista político, pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Violência da USP e ex-Secretário de Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso.